

EDITORIA

RIO



8/8/2006 00:03:00

Enterrou um indigente em seu lugar para sacar seguro de vida de R\$ 1 milhão

Mahomed Saigg

Rio - A Justiça do Rio solicitou ao Ministério Público Estadual que investigue suspeita de venda de corpos no Instituto Médico Legal (IML) de Duque de Caxias. A decisão do juiz Gustavo Quintanilha de Menezes, da 26ª Vara Cível da capital, foi motivada pela descoberta de novo caso de fraude da Máfia dos Corpos, que desde maio vem sendo denunciada com exclusividade por **O DIA**. Ontem, a Corregedoria-Geral da Polícia Civil determinou a abertura de sindicância para também apurar a fraude e verificar se há participação de funcionários do IML no esquema.

Indiciado por ameaça, estorsão mediante seqüestro e roubo duplamente qualificado e procurado pela polícia, o ex-oficial da Marinha Mercante, Yussef Georges Sarkis, hoje com 52 anos, forjou a própria morte em março de 1995. A intenção do fraudador, conhecido como 'Libanês', era se livrar da prisão e ainda poder usar o dinheiro das indenizações para viver livremente.

Para aplicar o golpe, Yussef usou o corpo de um homem não-identificado, encontrado morto com sete tiros na Rodovia Washington Luiz, em 21 de março de 1995, por policiais do 15º BPM (Duque de Caxias). O corpo foi reconhecido por Neusa Sarkis, ex-mulher do bandido, e pela faxineira Marly Jorge de Araujo Silva, oito dias depois no IML de Caxias. O cadáver foi enterrado no Cemitério São Francisco Xavier, no Caju, como sendo Yussef.

A farsa, no entanto, foi desmontada depois que as seguradoras, desconfiadas do golpe, solicitaram ao delegado da 59ª DP (Caxias), onde o caso foi registrado, que se fizesse comparação entre as digitais do morto e a do fraudador. A audácia de Yussef e de suas comparsas foi tanta que ele chegou a contratar um dos seguros de vida no mesmo dia em que o corpo do indigente foi reconhecido como sendo o dele. Tudo isso, oito dias depois de o mesmo cadáver ter sido levado para o IML de Caxias.

Apesar das evidências de fraude, as beneficiárias chegaram a entrar na Justiça contra as três seguradoras. Elas queriam receber as indenizações que, somadas e em valores atuais, passam de R\$ 1 milhão.

Com extensa ficha criminal, Yussef tem três passagens pela polícia e está em liberdade condicional desde 30 de junho. Condenado a sete anos e um mês de prisão por assalto a mão armada e constrangimento ilegal, o 'Libanês' foi beneficiado por habeas-corpus concedido pela Justiça. Ele estava preso na Colônia Agrícola de Magé, na Baixada, desde 9 de setembro de 2003.

Segundo o diretor do IML, Roger Ancillotti, o papiloscopista Geraldo Jorge Dias, responsável no instituto pela liberação do corpo que supostamente seria de Yussef, no IML, foi afastado da função.

Em sua decisão encaminhada ao Ministério Público do Rio, o juiz da 26ª Vara Cível solicitou que seja analisada a possibilidade de anular a certidão de óbito de Yussef e a necessidade de apurar fraude cometida por ela. A decisão, no entanto, não impede que Marly recorra da decisão e solicite novamente a indenização.



8/8/2006 00:03:00

O que é a Máfia dos Corpos?

Rio - **O DIA** vem denunciando, numa série de reportagens, a ação da máfia dos corpos. A primeira, publicada no dia 12 de maio, levou à prisão em flagrante da ex-agente funerária Maria Teresa da Costa Habib, 66 anos. Ela foi detida por agentes da Corregedoria da Polícia Civil próximo ao IML do Rio, no Centro, quando vendia por R\$ 1.800 kit-enterro (atestado e registro de óbito, corpo e sepultamento) a M., 27, que procurava o irmão G., 30, desaparecido desde novembro.

Maria Teresa teve o pedido de habeas corpus negado no fim do mês passado. Ela responde a processo na 23ª Vara Criminal, por falsidade ideológica qualificada e formação de quadrilha, juntamente com os agentes funerários Adriano de Souza Albuquerque e Marco Aurélio Naveger, o escrivão do cartório do 8º Registro Civil e o médico Jorge Nunes Amorim Filho, que assina atestado de G. Além do processo, a Delegacia de Repressão ao Crime Organizado investiga a ação da máfia e a Corregedoria Geral de Justiça apura possível envolvimento dos cartórios. A venda de corpos e atestados de óbito serviria para que estelionatários aplicassem golpe do seguro de vida, recebimento de heranças, pensões do INSS e até para que bandidos fugissem da Justiça.

O médico Jorge Nunes Amorim Filho foi suspenso pelo Conselho Regional de Medicina por atestar falsa morte. Nos últimos dois anos, ele teria assinado atestados de 391 mortes.